

O SISTEMA BANCÁRIO E O FINANCIAMENTO ÀS EMPRESAS NO JAPÃO APÓS A SEGUNDA GUERRA

Elvino José Barbosa

RESUMO: Após 1945, o governo japonês, através das orientações de sua política industrial, decidiu dar prioridade ao desenvolvimento de grandes e importantes empresas. Como consequência, o sistema financeiro japonês canalizou os investimentos e a concessão de créditos somente às grandes empresas.

ABSTRACT: After 1945, Japanese Government decided to give priority to develop big and important companies as a measure to carry out its industrial policy. As a consequence, only big companies received big loans and investments from Japanese Financial System.

PALAVRAS-CHAVE: Política industrial japonesa, sistema financeiro, empresas selecionadas.

KEYWORDS: Japanese Industrial Policy, financial system, selected companies.

1. A Dependência das Empresas em Relação aos Bancos

A contínua dependência das indústrias em relação aos bancos era uma das fraquezas da estrutura financeira japonesa. Essa dependência tornava ambos, bancos e governo, muito fortes e com capacidade de interferência no setor privado, principalmente no caso do governo.

Nesse sentido, os bancos municipais (*city banks*) operavam com sucesso a mobilização e controle dos financiamentos, seguindo a política do governo em controlar

os créditos ao setor privado, privilegiando os financiamentos às grandes empresas e deixando as pequenas empresas, basicamente, à ação maior dos bancos locais. Mas, ainda assim, as taxas de juros cobradas pelos bancos locais no financiamento às pequenas empresas era maior que as taxas cobradas nos financiamentos às grandes empresas. As tabelas a seguir nos fornecem importantes dados a esse respeito.

TABELA 1

*Disponibilidade de Créditos Bancários de Acordo com a Escala das Empresas: 1956-1957
(100 milhões de ienes)*

Bancos	1º Semestre de 1956 (A)	1º Semestre de 1957 (B)	(B/A) ^a em %
Todos os Bancos:			
Grandes Empresas	2.550	4.043	159
Pequenas Empresas	1.903	196	10
Bancos Municipais:			
Grandes Empresas	1.905	2.817	148
Pequenas Empresas	1.045	174	17
Bancos Locais:			
Grandes Empresas	165	762	462
Pequenas Empresas	868	355	41

Observação: (a) Alguns valores dessa coluna não correspondem aos valores apresentados na tabela original de Kojiro Niino. Dado que essa coluna registra os valores obtidos através do quociente B/A, encontramos essa seqüência (ainda que aproximada) de valores, isto é, 159, 10, 148, 17, 462 e 41. A seqüência de valores apresentada por Kojiro apresenta os seguintes valores: 159, 10, 141, -, 462 e 44.

Fonte: *Economic White Paper* (1958), p. 140. In: Kojiro Niino (1958). "Size of Firm and Credit Availability – with Special Reference to the Japanese Economy", *Kobe University Economic Review*, Tóquio, 4, p. 22.

TABELA 2

*Composição dos Financiamentos Bancários às Grandes Empresas: 1955-1969
(em %)*

Ano ¹	Bancos Municipais	Bancos Locais	BCLP ²	Bancos Estatais ³	Outros ⁴	Total
1955	46.1	13.8	11.3	14.9	11.9	100.0
1959	47.2	13.7	11.8	9.6	15.5	100.0
1964	46.7	15.0	10.6	7.4	18.3	100.0
1969	42.8	13.3	10.6	8.6	22.6	100.0

Fonte: Banco do Japão, *Monthly Economic Statistics*. In: Hiroshi Kawaguchi (1970), "Over-Loan and the Investment Behavior of Firms", *The Developing Economies*, Tóquio, The Institute of Asian Economic Affairs, 4(VIII), p. 395.

Notas: 1. Final de cada ano; 2. BCLP: Bancos de Crédito a Longo Prazo; 3. Bancos de Desenvolvimento; 4. Incluem-se: companhias seguradoras, créditos bancários especiais etc.

TABELA 3

Composição dos Financiamentos Bancários às Pequenas e Médias Empresas¹: 1955-1969 (em %)

Ano ²	Bancos Municipais	Bancos Locais	BCLP ³	Outros ⁴	Total
1955	31.1	58.2	3.8	6.9	100.0
1959	27.9	55.7	5.7	10.7	100.0
1964	19.0	47.6	6.8	26.4	100.0
1969	26.2	56.5	19.3	8.0	100.0

Fonte: Banco do Japão, *Monthly Economic Statistics*. In: Hiroshi Kawaguchi (1970), "Over-Loan and the Investment Behavior of Firms". *The Developing Economies*, Tóquio, The Institute of Asian Economic Affairs, 4 (VIII), p. 397.

Notas: 1. A definição oficial para pequenas empresas é a seguinte: a) para a indústria: empresas com capital social abaixo de 50 milhões de ienes e com menos de 300 empregados; b) para o comércio e serviços: empresas com capital abaixo de 10 milhões de ienes e com menos de 50 empregados (cf. T. F. M. Iwao Hiroshi (1972), *op. cit.*, p. 219.); 2. Conforme tabela anterior; 3. *Idem*; 4. *Idem*.

Além da maior disponibilidade de fundos às grandes empresas, os bancos cobravam taxas efetivas de juros maiores para as pequenas e médias empresas, o que dificultava ainda mais a obtenção de créditos bancários.

TABELA 4

Taxas de Juros Efetivos Cobrados de Acordo com a Escala das Empresas: 1958-1962 (em %)

Ano ¹	Grandes Empresas	Pequenas e Médias Empresas ²
1958	8.62	10.54
1959	8.44	10.59
1960	8.63	10.66
1961	8.73	10.22
1962	8.65	10.51

Fonte: Hiroshi Kawaguchi (1967), "The Dual Structure of Finance in Postwar Japan", *The Developing Economies*, Tóquio, The Institute of Asian Economic Affairs, 2 (V), p. 310.

Notas: 1. Ano fiscal; 2. Vide nota 1 da Tabela anterior.

Dada a existência do controle bancário, os bancos governamentais, juntamente com o Ministério das Finanças, se empenhavam no intuito de minimizar as flutuações do mercado, recorrendo, por exemplo, ao controle das taxas de juros, das taxas de descontos bancários, aplicação da *window guidance* etc.¹

Com o precedente aberto pela concessão de empréstimos, os bancos passaram a se preocupar mais detidamente com a situação financeira das empresas, o que acabou

1. W. W. Lockwood (1965), *The State Economic Enterprise in Japan: Essays In the Political Economy of Growth*, Princeton, Princeton University Press.

acarretando direta participação acionária desses bancos no capital das empresas aprofundando, portanto, os vínculos entre ambos.

Com a amenização do rigor das leis das Forças de Ocupação foi permitido aos bancos reter até 10% do capital das empresas².

Muitas das indústrias selecionadas para concessão de empréstimos pelo governo estavam abertas ao gerenciamento bancário, o que também permitia a aplicação direta das diretrizes governamentais, particularmente na implantação das diretrizes da política industrial³.

Além dos mecanismos diretos – isto é, mecanismos que estavam dentro da jurisdição do MICI (Ministério da Indústria e Comércio Internacional) – que possibilitavam a orientação da política industrial a ser seguida, destacava-se a presença de inúmeros ex-oficiais (burocratas) do MICI que acabavam assumindo altas posições nos bancos especiais do governo e que estavam sob a jurisdição do Ministério das Finanças (MOF), como mostra a tabela abaixo no caso do Japan Development Bank e do Banco do Japão.

TABELA 5

Realocação de Ex-Oficiais do MICI na Diretoria do Japan Development Bank (JDB)

Nome	Comentários
Matsuda Tarô	Último Vice-Ministro do Ministério do Comércio e Indústria (MCI) do pós-guerra. Esteve presente no <i>Board</i> do Japan Development Bank de agosto de 1952 a junho de 1957;
Yoshioka Chiyozô	Oficial do Ministério da Indústria e Comércio Internacional (MICI) de 1934 a 1957; foi o sucessor de Matsuda Tarô no <i>Board</i> do JDB;
Imai Hiroshi	Oficial do MICI de 1937 a 1962; foi o sucessor de Yoshioka Chiyozô no <i>Board</i> do JDB;

Fonte: Japan Development Bank, p. 52. In: Chalmers Johnson (1982), p. 210.

TABELA 6

Presidentes do Banco do Japão: 1945-1975

Nome	Período	Ocupações Prévias
Shibusawa Keizô	03/44 a 10/45	Yokohama Specie Bank; Dai Ichi Bank;
Araki Eikichi	10/45 a 06/46	Banco do Japão; afastado pelas Forças de Ocupação; regressou em 1950;
Ichimada Naoto	06/46 a 12/54	Banco do Japão; Ministro das Finanças nos Gabinetes de Hatoyama e Kishi;
Araki Eikichi	12/54 a 11/56	Vide acima;
Yamagiwa Masamichi	12/64 a 12/69	Banco Mitsubishi.

Fonte: Chalmers Johnson (1982), *op. cit.*, p. 201.

2. M. A. (1987), *Dealing With the Japanese*, London, Unwin Paperbacks.

3. D. I. Okimoto (1986), "Regime Characteristics of Japanese Industrial Policy". In: H. Patrick (ed.) (1986),

A dependência das empresas em relação ao setor financeiro também pode ser notada através do fato de que os investimentos diretos efetuados pelas próprias empresas, ou provenientes de instituições não bancárias, permaneceram muito limitados no Japão do pós-guerra. A relação entre financiamento direto e financiamento indireto era de aproximadamente 9 para 1 em 1931, mudou significativamente em favor do financiamento indireto nos anos subseqüentes, atingindo a relação de 7 para 3 em 1935, de 5 para 5 em 1940 e mudou radicalmente em 1945: 1 para 9⁴ e permanecendo alta nas décadas de 50 e 60, conforme tabela a seguir.

TABELA 7

Fontes Externas de Financiamentos às Indústrias: 1947-1967 (em %)

Período	Ações	Bônus Empresariais	Instituições Privadas	Empréstimos Governamentais	Capital Estrangeiro
1947-52	11.5	3.2	71.7	13.6	–
1953-57	16.3	3.6	70.9	9.3	–
1958-62	16.6	5.6	70.1	8.1	1.9
1963-67	8.4	3.6	79.8	8.0	0.8

Fonte: Banco do Japão, “Economic Statistics of Japan” e “Economic Statistics Annual”, vários volumes. *In:* Koichi Hamada; Akiyoshi Horiuchi (1987), “The Political Economy of the Financial Market”. *In:* K. Yamamura, Y. Yasuba (ed.) (1987), *The Political Economy of Japan: The Domestic Transformation*, Stanford, (1). Stanford University Press, p. 239.

Havia ainda o controle mais direto dos bancos municipais emergentes dos desmembramentos dos *zaibatsu*, como os “seis grandes” bancos municipais (Sunlitomo, Mitsubishi, Mitsui, Sanwa, Dai-Ichi e Fuji), que agiam como importantes membros de seus respectivos grupos industriais, o que possibilitou grande concentração industrial no pós-guerra, com a formação, por exemplo, dos novos *zaibatsu* ou *keiretsu* ou, ainda, *keirestuka*⁵, como mostram as duas tabelas a seguir. Por exemplo, Okumura Hiroshi⁶ afirma que:

Japan's High Technology Industries: Lessons and Limitations of Industrial Policy, Washington, University of Washington Press.

4. Eisuke Sakakibara, Yukio Noguchi (1977), *op. cit.*
5. Há autores que preferem usar o termo *new zaibatsu*, outros, *zaikai*. O dicionário japonês-inglês *Kenkyusha's New Japanese-English Dictionary* assim define essas palavras: *Zaibatsu* – grupo financeiro; grupo (restrito) de empresas que formam uma organização com objetivos comuns; *Zaikai* – mundo financeiro; círculo financeiro; *Keiretsu* – um sistema, uma ordem de descendência: uma sucessão; uma série; *Keiretsuka* – uma sistematização de empresas (ver: Koh Masuda (ed.) (1974), *op. cit.*, pp. 779, 2037, 2038). Basicamente, havia dois tipos de *keiretsu*: 1) *Keiretsu* tipo *zaibatsu* – eram altamente diversificados e sua afiliação não era rígida; não apresentavam um comando central como no período antes da guerra. Mitsui, Mitsubishi e Sumitomo são exemplos dos *zaibatsu* que se transformaram. Havia outros três grandes grupos liderados pelos bancos Fuji, Sanwa e Dai-Ichi Kangyo. Os membros do grupo apresentavam uma malha de relações entre si geralmente com a participação financeira de um banco; 2) *Keiretsu independentes* – eram centralizados em uma grande empresa, geralmente pertencentes à indústria de transformação e eram muito mais especializados que os *keiretsu* tipo *zaibatsu*.
6. Okumura Hiroshi (1982), “The Close Nature of Japanese Intercorporate Relations”, *Japan Echo*, Tóquio, 3 (IX).

A força e dinamismo da economia japonesa derivava da existência dos “grupos corporativos” [*Keiretsu*] interligados por fortes laços de obrigatoriedade.

Tanto esses bancos como o sistema bancário de maneira geral acabaram se identificando ainda mais com a política do governo na medida em que existia uma espécie de pacto entre ambos, com o governo emitindo títulos a cada ano, cabendo aos bancos a incumbência de comprá-los, recebendo em troca todas as garantias e proteções do governo através do Ministério das Finanças⁷

TABELA 8

As Disponibilidades de Crédito do Reconstruction Financial Bank (RFB) às Empresas Emergentes dos Zaibatsu: 1948 (milhões de ienes)

Indústrias	Empresas Zaibatsu		Outras Empresas		Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Mineração	6.447	70.0	2.752	30.0	9.200	100.0
Carvão	5.114	68.2	2.390	31.8	7.504	100.0
Ferro	1.102	88.3	164	11.7	1.248	100.0
Outros	232	51.8	217	48.2	448	100.0
Maquinaria	786	89.1	96	10.9	882	100.0
Maquinaria e Peças	302	85.8	50	14.2	352	100.0
Instrumentos Ópticos	15	100.0	–	0.0	15	100.0
Automóveis	348	100.0	–	0.0	348	100.0
Veículos	16	100.0	–	0.0	16	100.0
Máquinas Elétricas	23	46.0	27	54.0	50	100.0
Química	419	49.4	429	50.6	848	100.0
Fertilizantes	419	50.2	415	49.8	834	100.0

Fonte: Kojiro Niino (1958), “Size of Firm and Credit Availability – with Special Reference to the Japanese Economy”, *Kobe University Economic Review*, Tóquio, 4, p. 24.

TABELA 9

Proporção dos Financiamentos dos Principais Bancos dos Keiretsu como Proporção dos Financiamentos Totais no Grupo (média de 1956-60)

Bancos	B/A ¹	B/C ²	Bancos	B/A	B/C
Fuji	13.27	24.21	Sumitomo	9.73	19.33
Mitsubishi	19.23	21.97	Mitsui	24.27	17.16
Sanwa	10.05	25.08	Dai-Ichi	16.65	18.11

Fonte: Yoshikazu Miyazaki (1967), “Rapid Economic Growth in Post-war Japan – with Special Reference to ‘Excessive Competition’ and the Formation of *Keiretsu*”, *The Developing Economies*, Tóquio, The Institute of Asian Economic Affairs, 2 (V), p. 336.

7. M. A. Zimmerman (1985), *op. cit.*

Notas: 1) A = Total de empréstimos concedidos pelo banco ao *keiretsu*; 2) B = Total de empréstimos concedidos às empresas do *keiretsu*; 3) C = Total de empréstimos obtidos pelas empresas do *keiretsu*.

TABELA 10

Número de Empréstimos do RFB de acordo com os Valores Envolvidos (milhões de ienes)

Valor do Empréstimo	Número de Casos	% do Número de Casos	Montante	% Empréstimo Total
acima de 5.000	179	2.4	90.876	81.7
5.000 a 1.000	456	6.3	9.355	8.4
1.000 a 100	3.134	42.9	9.063	8.2
menos de 100	3.533	48.4	1.864	1.7
Total	7.302	100.0	111.159	100.0

Fonte: R. F. B., "Monthly Review", dez. 1948. In: Kojiro Niino (1958), "Size of Firm and Credit Availability – with Special Reference to the Japanese Economy", *Kobe University Economic Review*, Tóquio, 4, p. 22.

2. Os Bancos Especiais

Os chamados bancos especiais⁸, que tiveram papel fundamental na estruturação financeira do período de guerra, como os bancos voltados às atividades coloniais, Banco de Taiwan e o Banco da Coréia, que tiveram que ser fechados por imposição das Forças Aliadas, enquanto outros, como o Banco Hipotecário Japonês (*Nippon Kangyô Guinkô*) e o Banco Colonial de Hokkaido (*Hokkazidô Takushoku Guinkô*), foram transformados em bancos municipais.

8. Os bancos do pós-guerra estavam, basicamente, classificados em quatro principais categorias, a saber:
- *Bancos Especiais (Special Banks)*: bancos criados pelo governo com a finalidade de promover o desenvolvimento econômico. Esses bancos, a partir de 1952, foram permitidos emitirem títulos; deviam aceitar depósitos apenas de órgãos públicos ou das empresas por eles diretamente financiadas. Podiam, ainda, emitir debêntures em até 20 vezes o total do capital social (cf. Adams, p. 108).
 - *Trust Banks*: a promulgação da *Securities and Transactions Law* (1948) limitou muito as operações das *trust companies*. Para amenizar o problema, as Forças de Ocupação permitiram que essas empresas passassem a praticar operações bancárias na condição de *trust business*. Assim, as empresas que já atuavam no setor foram reorganizadas como *trust banks*, despontando de início as 4 empresas antes pertencentes aos *zaibatsu* e que passaram, a partir da assinatura do Tratado de São Francisco (8.9.1951), a adotar as suas denominações do período de guerra: Mitsui, Mitsubishi, Sumitomo e Yasuda. Em meados da década de 60 os *Trust Banks* somavam 7 ao todo: Mitsui, Mitsubishi, Sumitomo, Yasuda, Nippon Trust Co. (1947), Toyo Trust & Banking Co. (1959) e Chuo Trust & Banking Co. (1962); Caso desenvolvessem-se operações bancárias comerciais, devido às suas participações cada vez maiores no financiamento das empresas, deviam manter dois sistemas contábeis distintos: um para operações bancárias propriamente ditas e outro para contas *trust*.

Bancos Locais (Local Banks): esses bancos se concentravam, geralmente, em prefeituras locais: a maioria consistia de pequenas instituições e seus clientes também compreendiam, geralmente, pequenas e médias empresas e mais da metade de seus empréstimos envolviam operações abaixo de 10 milhões de ienes; no final da década de 1960 contavam com um total de 61 instituições e com um total de 4.335 agências e escritórios;

No pós-guerra também deu-se a reabertura do Japan Industrial Bank e, para desempenhar as funções do Banco Hipotecário Japonês e do Banco Colonial de Hokkaido, foram instituídos o Long-Term Credit Bank, o Japan Development Bank, o Reconstruction Financial Bank e o Export-Import Bank (EXIMBANK).

O papel do Industrial Bank, que era o de servir e assistir à indústria bélica durante a guerra, no pós-guerra teve seus poderes muito mais ampliados do que minimizados. Com a abertura e reabertura desses importantes bancos governamentais, Lockwood conclui que: “Por volta de meados de 1950 o ‘curso reverso’ já havia se completado no sistema financeiro [japonês]”⁹

3. A Dependência dos Bancos Municipais em Relação ao Governo

Cerca de 80% do capital necessitado pelas empresas era proveniente de recursos de terceiros, sendo a maior parte desses recursos suportada pelo Estado¹⁰ e devido ao controle do governo sobre os bancos, alinhando-os de acordo com a sua política industrial, os bancos encontravam-se em constante situação de *over-loan*¹¹, conforme nos mostra a tabela da página seguinte, devido à grande massa de recursos emprestados às indústrias.

• *Bancos Municipais (City Banks)*: eram considerados a principal fonte de recursos. As empresas controlavam cerca de 1/3 do total de recursos destinados ao financiamento industrial. Todas as grandes empresas mantinham contas com pelo menos um desses bancos o que representava cerca de 60% do total de depósitos dos bancos. Somavam 65 instituições no final de 1945 passando, com a *administrative guidance* do Ministério das Finanças (MOF), que buscava maior concentração bancária, a apenas 13 na década de 1960 e com um total de 2.409 agências e escritórios. Possuíam agências por todo o país, principalmente nas grandes cidades, e contavam, inclusive, com agências e/ou escritórios no exterior.

Indistintamente, Adams coloca todos esses bancos sob a denominação de bancos comerciais quando se refere ao sistema bancário como um todo (ver T. F. M. Adams; Iwao Hiroshi (1972), *A Financial History of the New Japan*, Tóquio, Kodansha International Ltd., pp. 92-107).

9. William W. Lockwood (1965), *The State and Economic Enterprise in Japan: Essays in The Political Economy of Growth*, Princeton, Princeton University Press, p. 205.

10. G. C. Allen (1981), *A Short Economic History of Modern Japan*, MacMillan Press, 4ª edição.

11. O Research Committee on the Financial System of Japan, nomeado pelo governo em 1956, definiu o *overloan* como sendo a situação em que $D + r - E < 0$, onde: **D** = soma dos recursos em caixa do banco; **r** = recolhimentos compulsórios do banco no Banco do Japão; **E** = empréstimos contraídos junto aos bancos governamentais.

Hiroshi Shinjo conclui que, devido ao alto grau de financiamento dos bancos à indústria, a situação de *overloan* pode ser simplesmente obtida se se levar em conta apenas a relação: $EC + I < D$, onde: **EC** = Empréstimos concedidos pelo banco; **I** = Investimentos efetuados pelo banco; **D** = Depósitos.

E dado que a massa de empréstimos à indústria era muito grande, Yutaka Kosai, Henry C. Wallich e Mable I. Wallich afirmam que basta levar em conta apenas a relação $EC < D$, isto é, basta que os empréstimos concedidos ultrapassem em 100% os depósitos, para se verificar a situação de *overloan* (ver: Hiroshi Shinjo (1965), “Overloan Relative to Economic Growth – the Relation Between the Central Banking and Budgetary Policy Re-examined”, *Kobe University Economic Review*, Tóquio, 11, pp. 2-4; Yutaka Kosai (1986), *The Era of High-Speed Growth: Notes on the Postwar Japanese Economy*, Tóquio, University of Tokyo Press, pp. 90-92; Henry C. Wallich & Mable I. Wallich (1976), “Banking and Finance”. In: Hugh Patrick & Henry Rosovsky (ed.) (1976), *Asia's New Giant – How The Japanese Economy Works*, Washington, The Brookings Institutions, pp. 284-290.

TABELA 11

Proporção¹ de Overloan dos Bancos do Japão: 1955-1970

Ano	Todos os Bancos	Bancos Municipais	Ano	Todos os Bancos	Bancos Municipais
1951 ^a	–	19.3	1961	13	22
1952	–	13.3	1962	12	22
1953	–	14.8	1963	10	19
1954	–	11.2	1964	12	21
1955 ^b	3	7	1965	10	19
1956	6	10	1966	9	17
1957	12	19	1967	8	16
1958	9	14	1968	7	15
1959	8	14	1969	8	16
1960	8	14	1970	9	18

Fontes: a) de 1951 a 1954 ver: “Honpô Keizai Tôkei” (“Estatísticas Econômicas para a Nação”). In: Yutaka Kosai (1986), *The Era of High-Speed Growth: Notes on the Postwar Japanese Economy*, Tóquio, University of Tokyo Press, p. 91; b) de 1955 a 1970 ver: Banco do Japão, *Economic Research Department*, “The Japanese Financial System”, 1972 (1972), p. 21; Banco do Japão, “Economic Statistical Annual, 1973 (1974), pp. 67-70: Banco do Japão, *Economic Statistics Monthly* (jun. 1974), pp. 43-46. In: Henry C. Wallich; Mable I. Wallich (1976), “Banking and Finance”. In: Hugh Patrick; Henry Rosovsky (ed.) (1976), *Asia’s New Giant – How The Japanese Economy Works*, Washington, The Brookings Institutions, p. 285.

Nota: 1) quociente entre os empréstimos obtidos pelo banco e os depósitos do banco.

Por causa desse contínuo estado de inadequação de liquidez, esses bancos tinham de recorrer constantemente aos bancos do governo à procura de fundos e essa dependência dava ao governo total controle sobre o sistema financeiro, controlando a liquidez e o crédito – mecanismo conhecido por *window control* (ou *window guidance*). Esse controle era predominantemente exercido através do controle da taxa de juros no mercado e pelo controle do crédito à indústria: recebiam recursos aquelas empresas que o governo julgasse importantes dentro das prioridades de sua política industrial.

O controle permitiu ao governo colocar os bancos sob contínua inspeção administrativa, com a justificativa de proteger os depósitos públicos e resolver o problema da escassez de recursos à indústria. Por exemplo, exigia-se dos bancos municipais (*city banks*) a uniformização das taxas de juros e a proibição de práticas bancárias que pudessem resultar em aumento abusivo das taxas de lucros, como a exigência de se reter parte dos empréstimos concedidos às empresas como garantias de depósito no próprio banco¹²

Essas medidas, associadas às excessivas barreiras de um sistema intencionalmente especializado, com inúmeros mecanismos indiretos de operação, tornaram o sistema financeiro o centro do controle econômico.

Três fatores básicos permitiam e facilitavam o controle do governo sobre os bancos municipais:

12. Eisuke Sakakibara & Yukio Noguchi (1977), *op. cit.*

- isolamento do Japão em relação ao sistema financeiro internacional;
- predominância de bancos comerciais e de instituições financeiras dependentes do governo e dos bancos governamentais;
- o controle pelo governo da política monetária, colocando nos bancos estatais o controle do crédito¹³.

Os pequenos bancos – bancos regionais, bancos de poupança, bancos de empréstimos e associações de crédito, muitos deles operando em bases locais e com predominância de pequenos clientes, como as pequenas empresas, poderiam ter tido lucros extraordinários caso tivessem ficado de fora da *Temporary Money Rates Adjustment Law* promulgada pelo governo.

Entretanto, essa lei proibiu-os de praticarem taxas de juros acima do especificado pesando sobre eles sérias medidas caso assim não procedessem. Desse modo, a lei acabou tendo efeitos negativos para o setor de pequenas empresas que antes podiam contar com significativa ajuda dos pequenos bancos, já que os grandes bancos municipais estavam voltados às grandes empresas.

Passou a ser mais vantajoso para esses pequenos bancos operarem com os grandes bancos municipais que, por sua vez, estavam sob orientação governamental e voltados às indústrias e empresas selecionadas. Portanto, a lei que estabelecia o controle da taxa de juros acabou favorecendo ainda mais a concentração bancária, acirrou o processo de competição entre os bancos e permitiu ao governo transferir e canalizar recursos antes destinados a pequenas empresas para as indústrias selecionadas para receberem investimentos, acentuando e garantindo a realização de sua política industrial voltada às grandes indústrias.

A ação do governo sobre o sistema bancário e financeiro – como o poder que o Ministério das Finanças detinha em autorizar aberturas de novos bancos, novas instituições financeiras, bem como de novas agências bancárias – também acabou gerando um outro efeito: favoreceu a concentração bancária, principalmente dos bancos ligados às grandes empresas, como os “seis grandes” bancos municipais Sumitomo, Mitsubishi, Mitsui, Dai-Ichi, Sanwa e Fuji.

Bibliografia

- ADAMS, T. F. M.; HIROSHI, Iwao (1972). *A financial history of the new Japan*. Tokyo, Kodansha International Ltd. 547 p.
- HAMADA, Koichi; HORIUCHI, Akiyoshi (1987). “The Political Econom of the Financial Market”. In: YATMAMURA, K.; YASUBA, Y. (ed.) (1987). *The Political Economy of Japan: The Domestic Transformation*. Stanford. (1). Stanford University Press. 668 p.
- HIROSHI, Okumura (1982). “The closed nature of japanese intercorporate relations”. *Japan Echo*. Tokyo. 3(IX): pp. 53-97. Traduzido de *Masatu o umu Nihon teki Keiei no heisa sei*. In: *Ekonomisuto*, July 6, 1982. pp. 34-40.
- JOHNSON, Chalmers (1982). *MITI and the japanese miracle: the growth of industrial policy, 1925-1975*. Stanford. Stanford University Press. 393 p.

13. G. C. Allien, *op. cit.*

- KAWAGUCHI, Hiroshi (1967). "The 'dual structure' of finance in post-war Japan". In: *The Developing Economies*. Tokyo. The Institute of Asian Economic Affairs. 2(V): pp. 300-328.
- (1970). " 'Over-loan' and the investment behavior of firms". In: *The Developing Economies*. Tokyo. The Institute of Asian Economic Affairs. 4(VIII): pp. 386-406.
- LOCKWOOD, William W. (1965). *The state and economic enterprise in Japan: essays in the political economy of growth*. Princeton. Princeton University Press. 753 p.
- MIYAZAKI, Yoshikazu (1967). "Rapid economic growth in post-war Japan – with special reference to 'excessive competition' and the formation of *keiretsu*". *The Developing Economies*. Tóquio. The Institute of Asian Economic Affairs. 2(V): pp. 329-350.
- NIINO, Kojiro (1958). "Size of firm and credit availability – with special reference to the Japanese economy". *Kobe University Economic Review*. Tokyo. 4: pp. 19-28.
- OKIMOTO, Daniel I. (1986). "Regime characteristics of Japanese industrial policy". In: PATRICK, H. T. (ed.) (1986). *Japan's high technology industries: lessons and limitations of industrial policy*. Washington. University of Washington Press. pp. 35-95.
- SAKAKIBARA, Eisuke; NOGUCHI, Yukio (1977). "Dissecting the finance ministry-bank of Japan dynasty". *Japan Echo*. Tokyo. 4(IV): pp. 98-123. Traduzido de *Ôkurashô-Nichigin ôchô no Bunseki*. In: *Chûôkoron*. agosto, 1977.
- SAMUELS, Richard J. (1987). *The business of the Japanese state: energy markets in comparative and historical perspective*. Ithaca, New York. Cornell University Press. 360 p.
- ZIMMERMAN, Mark A. (1985). *Dealing with the Japanese*. London. Unwin Paperbacks. 316 p.